



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

418

**Marx e a teoria monetária dos séculos XVIII e XIX**

**Mauricio C. Coutinho**

Setembro 2021



**ie** Instituto de  
economia

# Marx e a teoria monetária dos séculos XVIII e XIX

Maurício C. Coutinho<sup>1</sup>

## Resumo

A partir de uma listagem das referências de Marx a autores e obras econômicas nos capítulos I, II, III do Livro I do Capital, o trabalho se pergunta sobre o impacto e a influência dos debates monetários dos séculos XVII, XVIII e XIX sobre a crítica à economia política de Marx. Um breve sumário dos principais temas e autores do debate monetário anterior à Riqueza das Nações e uma breve exposição da estrutura da apresentação de mercadoria, valor, dinheiro nos três primeiros capítulos do Capital complementam a exposição.

**Palavras-chave:** Marx, O Capital, Teoria monetária, Antecedentes.

## Abstract

### *Marx and 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> century monetary theory*

Taking Marx's open references to writers and economic writings in the three initial chapters of The Capital, Book I, the paper speculates on the impact and influence of the monetary debates of the 17th, 18th, and 19th centuries over Marx's critique of political economy. The paper is complemented by a brief summary of the monetary debate previous to the Wealth of Nations – issues and authors – and an overview of Marx's exposition about commodities, value, and money, in the three first chapters of Capital.

**Keywords:** Marx, The Capital, Monetary theory, Predecessors.

JEL: B12, B14.

É usual em história do pensamento econômico, e mesmo nos estudos sobre Marx, o estabelecimento de linhas de continuidade e de ruptura entre Marx e certo número de economistas que o antecederam: os fisiocratas (Quesnay, em particular), Smith, Ricardo. Eventualmente Petty, já que Marx assinala que a economia política nasce com Petty. Na medida em que Marx construiu sua obra como uma 'crítica da economia política', a associação a nomes que se tornaram representativos na constituição da ciência é de certo modo natural.

O desconforto da filiação a um número restrito de antecedentes é que, ao lermos Marx, salta aos olhos a referência a um imenso contingente de outros economistas. Se Smith, Ricardo e os fisiocratas são presenças certas em determinados capítulos e passagens, chama atenção a variedade de economistas nomeados, alguns recorrentemente, em particular nos três primeiros capítulos de O Capital.

A partir dessa constatação, podem-se colocar duas questões. Para começar, se uma leitura dos textos econômicos publicados (*Capital* e *Contribuição à Crítica da Economia Política*) e de anotações (*Grundrisse*) documenta que, ao discutir valor, mercadoria, dinheiro, Marx deu enorme atenção a uma profusão de economistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, não parece razoável perguntar a medida da influência destes economistas sobre sua obra? A associação dos economistas referidos por Marx aos incontáveis debates a respeito de moeda que caracterizaram a literatura econômica, em particular entre 1650 e 1770, sugere uma segunda questão: a dominância da temática

---

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: [coutinho@unicamp.br](mailto:coutinho@unicamp.br).

monetária nos textos econômicos da época, e naqueles referidos por Marx de modo especial, não nos deveria levar a especular a respeito do impacto (e da eventual presença) das controvérsias monetárias dos séculos XVII a XIX no sistema de Marx?

Uma palavra sobre a estrutura expositiva do *Capital*. Como se sabe – este é uma espécie de ponto de honra dos estudos marxianos – Marx optou no *Capital* por partir da mercadoria para chegar ao dinheiro, e daí ao capital. A mercadoria e seus predicados – valor de uso e valor – são desenvolvidos, para que o dinheiro emergja dessa contraposição entre os dois elementos antitéticos nela presentes. O ponto de partida, portanto, é a mercadoria. No entanto, o declarado intento de Marx era chegar à moeda e daí ao capital. Marx argumentava que uma das razões para ‘recuar’ à mercadoria teria sido o empenho em esclarecer certos tópicos que, na abordagem da moeda, foram mal entendidos pelos economistas. Na mercadoria, disse Marx, ficam claras questões que aparecem de modo confuso para os economistas na moeda, um desenvolvimento da mercadoria.

O ‘partir da mercadoria’, portanto, é o cerne da exposição do Marx maduro. Aliás, parte das dificuldades oferecidas ao leitor pelos capítulos iniciais do *Capital* decorre desta trivial razão: partirem da mercadoria, para chegar à moeda (e à antessala do capital). Ora – e aqui a linha condutora da presente exposição – os três primeiros capítulos do *Capital* talvez representem o segmento da obra de Marx em que mais marcante é o recurso a economistas dos séculos XVIII e anteriores, ou ainda a autores decisivos nos debates monetários ingleses que transcorrem de Ricardo ao Peel Act (1844). Retorna a questão: não teriam as contribuições destes economistas sido decisivas para a exposição do argumento central de Marx? Se recorrermos à *Contribuição à Crítica* e aos *Grundrisse*, encontraremos os mesmos personagens, vale dizer, os diversos economistas pré-Smith e pré-Quesnay. Observe-se que, sintomaticamente – e como veremos –, não é Quesnay o nome mais presente na lista dos economistas franceses referidos no início do *Capital*, senão o daqueles que enveredaram pela temática monetária,

O propósito do presente trabalho, portanto, é fazer menção aos economistas e às abordagens do século XVIII (em parte, XVII) e, secundariamente, XIX; neste último período, Tooke, Fullarton e alguns outros participantes do debate ‘banking school’ versus ‘currency school’ que, por influenciarem a formação do pensamento sobre dinheiro e crédito de Marx, foram bastante referidos nos três primeiros capítulos do *Capital*. Pode-se notar, inclusive (ver adiante), que as não muito numerosas referências a Ricardo nos primeiros capítulos do *Capital* devem-se mais a sua exposição emblemática da teoria quantitativa da moeda do que aos bem conhecidos desenvolvimentos do capítulo I dos *Princípios* sobre o valor, os quais viriam a ser examinados exaustivamente em outras passagens do *Capital*, em particular no Livro III.

Advirto que na presente exposição apenas menções serão efetuadas, porque uma simples aproximação a cada um dos diversos economistas enumerados requereria um espaço imenso e, francamente, uma erudição que não tenho. Entenda-se que o que se vai apresentar aqui é um polêmico roteiro de estudos da obra econômica de Marx – a ser desenvolvido em outra ocasião, ou por outras pessoas –, que privilegia a dimensão história do pensamento econômico. Este roteiro se cingirá no momento aos três primeiros capítulos do *Capital*, podendo ser alargado em outra oportunidade, em particular com incursões à *Contribuição à Crítica*. Aliás, o próprio *Capital* está coalhado de referências à *Contribuição à Crítica*, como se Marx indicasse que um tratamento detalhado dos economistas fora feito na obra de 1859.

Diga-se que o roteiro a seguir é facilitado por uma outra característica extraordinária da obra de Marx, que é a profusão de referências. Marx se refere exhaustivamente aos autores e obras que utilizou, o que torna fácil perceber quais pontos o interessaram e quais marcaram sua ‘crítica da economia política’. Naturalmente, ele se apropria dos autores e das contribuições às quais se refere; vale dizer, toma dos autores o que o interessa e os interpreta conforme a estrutura de seu (de Marx) sistema. Seria curioso apontar as diversas passagens em que Marx se vale de citações a certo autor em defesa de uma ideia sua, quando tal ideia poderia ser desmentida por outra citação, do mesmo autor, às vezes na mesma obra. Mas estes são os avatares do ofício de crítico: quem critica se apropria das contribuições de outros a sua moda...

A exposição será desenvolvida do seguinte modo: 1. Uma enumeração dos economistas referidos por Marx nos três primeiros capítulos de *O Capital*). Estes economistas, aliás, seriam presença recorrente em todo *O Capital*; 2. Em algumas das referências, tentativa de identificação dos tópicos, ou contribuições específicas, que interessaram a Marx e que foram incorporadas a suas formulações (o que abrange tanto incorporações no sentido estrito quanto qualificações ou rejeições explícitas). Os tópicos 1 e 2 se complementam e são apresentados em conjunto; 3. Uma apreciação bastante preliminar do panorama principal do debate monetário do século XVIII – e em que medida ele teria sido incorporado / rejeitado / superado por Marx, em seu tratamento específico de moeda e mercadoria; 4. Uma apreciação também bastante preliminar do tratamento dado por Marx à moeda – chegar à moeda partindo da mercadoria – e eventuais implicações sobre a apropriação das contribuições dos economistas.

## **1 e 2. Enumeração dos economistas e obras referidas, com alguns comentários**

(A edição do *Capital* utilizada é a da Boitempo). A enumeração que segue é completa e segue a ordem presente no *Capital*, deixando de lado apenas as profusas referências de Marx a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* e as também profusas referências as Proudhon, longamente exploradas na *Miséria da Filosofia* e na *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

### **Capítulo I**

**Nicholas Barbon**, *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke's Considerations* (1696). As 2 primeiras referências do *Capital* (excetuando CCEP) são a Barbon, um dos autores mais mencionados em toda a obra e o campeão de referências nos primeiros capítulos. Neste texto, Barbon contesta a solução de Locke para a crise monetária inglesa de 1695/96.

**John Locke**, *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest* (1691). O primeiro dos escritos monetários de Locke. Contém argumentos sobre a inconveniência de fixar a taxa de juros e também ideias gerais sobre moeda.

**Le Trosne**, *De l'intérêt social* (a edição mencionada é de 1846, mas a obra é de 1777). Certamente, Le Trosne é o autor francês mais referidos nos primeiros capítulos.

**Pietro Verri**, *Meditazione sulla economia politica* (1771). Um dos autores italianos mais referidos por Marx. Verri é um dos principais iluministas econômicos e sua extensa obra comporta vários estudos sobre economia e comércio.

**Samuel Bailey**, *Money and its Vicissitudes* (1837). Bailey é um escritor de obra profusa e seu nome aparece associado a *free-banking school*. Marx se refere em seguida a um escrito anônimo de Bailey, ‘*A Critical Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value; Chiefly in Reference to the Writings of Mr. Ricardo and his Followers...*’ (1825), que faz uma crítica das críticas à teoria do valor de Ricardo publicadas após a morte deste autor, em especial na *Westminster Review*.

**Benjamin Franklin** – a primeira referência remete à segunda edição do LI de *O Capital* e às obras completas de Franklin (1836), sem identificação precisa de localização. Nesta primeira referência (nota 17a), Marx significativamente menciona outro predileto seu, **William Petty** (‘um dos primeiros economistas a analisar a natureza do valor’).

**Charles Ganilh**, *Des systèmes d’économie politique* (1809) – a referência é à 2a edição da obra, de 1821.

**Ferdinando Galiani**, *Della Moneta* (1751). Galiani, especialmente por seu *Della Moneta*, é um dos autores/obras mais referidos por Marx em sua apresentação sobre o valor. Nesta nota à segunda edição (nota 27), Marx se refere a uma das sentenças de Galiani de sua predileção: ‘*o valor é uma relação*’.

**David Ricardo** – note-se que esta primeira referência a Ricardo aparece em uma nota de rodapé apenas na seção 4, O Fetichismo da Mercadoria. No caso, uma menção às ‘robinsonadas’ de Ricardo (o caçador e o pescador primitivos trocam conforme o trabalho objetivado...). Ainda assim, Marx remete à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, obra em que o assunto, bem como o comentário a Ricardo, foi mais desenvolvido. A segunda referência a Ricardo (nota 31) aponta a insuficiência da análise ricardiana da grandeza do valor – apesar de esta ser a melhor de todas, conforme Marx. E a nota na realidade se refere a **Destutt de Tracy**, ou a um comentário de Ricardo a este autor. A mesma nota 31 menciona (bastante depreciativamente) **J. S. Mill**.

## Capítulo II

(vou deixar de lado, assim como deixei nas anotações sobre os demais capítulos, os profusos comentários a **Proudhon**, que vêm da *Miséria da Filosofia*, ocupam boa parte da *Contribuição...*)

**Aristóteles** – afora Proudhon, a primeira referência do capítulo II é à *República* de Aristóteles. Aristóteles, além de ser uma referência obrigatória em filosofia, é também para todos os filósofos-economistas que, desde Oresme (1355) ou mesmo antes, trataram da moeda.

**Pietro Verri**, *Meditazione sulla Economia Política* (1771). A citação é significativa: ‘*Il danaro è la merce universale*’. Ecoa Petty, com um século de diferença. De certo modo e guardada a necessidade de uma aproximação ao balanço de pagamentos, reitera as opiniões de todos economistas (Steuart, Smith), de que ouro é ‘moeda internacional’. Vale antecipar que o debate dos economistas do século XVIII (e XVII) muito frequentemente tem como referência temas associados ao *debasement*, tais como ‘escassez de dinheiro’ e impactos sobre o Balance of Trade. Marx evita introduzir as relações internacionais nos 3 primeiros capítulos do *Capital* por uma razão óbvia: o ‘dinheiro mundial’ representará o último tópico do capítulo III. Mesmo aí, aliás, é tratado de modo sumário.

Relembro que ‘escassez de dinheiro’, um assunto corrente no debate econômico, é estranho a economistas, como Marx e Steuart, que, cada um a seu modo, assumem o dinheiro de crédito, ou partilham ‘credit theories of money’ (Schumpeter). John Law, que discute profusamente crédito no

início do século XVIII e que foi considerado um mau exemplo pelos economistas a partir da crise do Mississippi System (1720), mal é mencionado nos 3 primeiros capítulos. Marx citaria Law em outras circunstâncias e contextos; não nos capítulos em que apresenta ‘dinheiro’. Na seção seguinte complementarei esta ideia.

**J. S. Clement** (1695) *A Discourse of the General Notions of Money, Trade, and Exchange, as They Stand in Relations to Each Other. By a Merchant*. Notar que a data (1695) é significativa, já que coincide com o grande debate inglês sobre *debasement* e crise monetária, que transcorre de 1692 até 1696 e mesmo 1707.

**Josiah Child** (1689). *A Discourse Concerning Trade, and That in Particular of the East-Indies*. Child (1630-31/1699) foi um autor e personagem muito importante, parlamentar, acionista da Companhia das Índias Orientais. Referência fundamental no debate econômico na Inglaterra e na França.

**Thomas Papillon** (1677), *The East India Trade a Most Profitable Trade*. Papillon foi um comerciante e político importante em Londres.

**F. Galiani** (1751), *Della Moneta*. Neste caso, Marx utiliza uma citação bem característica de Galiani e de sua crítica a Locke: ‘*L’oro e l’argento ano valore come metalli anteriore all’essere moneta*’. Há outras referências a Galiani no capítulo. Na nota 37, menção a ‘moeda real’ versus ‘moeda ideal’ e origens remotas comuns da ‘moeda real’ e da ‘ideal’.

**John Law** (1705) – importante economista monetário e, na França, banqueiro e executor de política monetária. *Money and Trade Considered...* (1705) é um texto de imensa importância teórica. A referência de Marx, no entanto, serve apenas para contrastar a ideia de ‘valor imaginário do dinheiro’, de Locke. Marx cita uma edição francesa de Law, publicada por Daire em 1843.

**F. V. de Forbonnais** (1722-1800), *Éléments du commerce, nouvelle édition* (1766). Economista próximo a Boisguilbert e Gournay, o grande divulgador liberal e fisiocrata. Na citação utilizada por Marx, Forbonnais se refere ao dinheiro como ‘símbolo’, ideia que tem como defensor máximo (ou primeiro) Montesquieu, que será a próxima referência.

**Montesquieu** (1748 – a edição que Marx utiliza é de 1767). *L’esprit des Lois*. ‘*L’argent n’est pas simple signe car il est lui-même richesse; il ne représente pas les valeurs, il les équivaut*’.

**Le Trosne**, De l’intérêt social – citação sobre valor e signo.

**G. F. Pagnini** (1751), *Saggio sopra il giusto pregio delle cose*.

**W. Petty** (1667) Uma citação importante de *A Treatise of Taxes and Contributions*, que apresenta o valor de uma mercadoria como equivalente ao trabalho que custou a extração de prata e cunhagem da moeda pela qual tal mercadoria é trocada. Citação frequentemente vista pelos comentadores como antecipadora da teoria do valor-trabalho.

**W. Roscher** – autor alemão frequentemente citado por Marx, em geral para personificar posições indefensáveis em economia política.

### Capítulo III

**J. Maclaren** (1858), *History of the Currency*. Marx se vale deste historiador da moeda inglesa para explicar as origens metálicas da libra inglesa – relação ouro/prata, modificações no significado de libra etc.

**David Urquhart**, *Familiar Words*. Urquhart foi um político e diplomata inglês, com experiência na Grécia e Turquia. Tenho a impressão de que sua incursão à política monetária foi circunstancial; de todo modo, Urquhart se refere à redução do peso das moedas inglesas de mesma denominação ao longo do tempo.

**Le Trosne**, *De l'intérêt social*.

**François Quesnay**. Uma citação do ‘*Dialogue sur le Commerce et les travaux des artisans*’, por Marx referida à edição de Daire, de 1846. Mas é uma citação incidental – no sentido de alheia aos temas mais conhecidos de Quesnay: ‘vender é comprar’.

**J. Mercier de la Rivière** (1719-1801), *L'ordre naturel et essentiel des sociétés politiques* (1767). Citado a partir da edição Daire. Funcionário importante, associado à fisiocracia. Diversas referências da mesma obra.

#### Le Trosne

**J. B. Say** – a primeira referência a Say. Como as demais, depreciativa: Say não sabe que a mercadoria é um produto.

**Dudley North** (1641-1691). *Discourse upon Trade* (1691). Economista e político importante, também ligado a East India Company.

**William Petty**. Entra no capítulo III como um proponente da ideia, bastante difundida entre os economistas, de que deve haver certa proporção entre a quantidade de dinheiro e o nível de comércio (*money versus trade*) – *Treatise of Taxes and Contributions*. Marx utiliza a menção como crítica à teoria quantitativa do dinheiro, versão Hume, e acrescenta que a teoria quantitativa foi também defendida por A. Young (1774) em *Political Arithmetic*, contra Steuart. Esta é a primeira menção a James Steuart, economista importante e notório crítico de Hume.

**Adam Smith** – Somente aqui Marx introduz Smith, para efetuar um comentário depreciativo a seu tratamento pouco atento ao dinheiro, que oscila entre tratar do dinheiro ‘*ex officio*’ ou, em certas passagens (na crítica aos sistemas anteriores de economia política), mais corretamente: a quantidade de dinheiro é regulada pelo valor das mercadorias em circulação. Marx faz na mesma nota (78) uma menção negativa às hesitações de Smith ao tratar da divisão do trabalho.

**Jacob Vanderlint** (?- 1740), *Money Answer all Things* (1734). Marx diz que Vanderlint, um autor muito conhecido, teria sido copiado por Hume (acrescenta que Dugald Stewart disse o mesmo).

**Montesquieu** – novamente, o contexto é a teoria quantitativa da moeda. Marx remete à *Contribuição à Crítica* para o desenvolvimento da teoria quantitativa por Ricardo, James Mill e Overstone.

**J. S. Mill**, *Some Unsettled Questions of Political Economy* (1844). Marx se refere a esta obra para dizer que ela contém tudo o que de importante veio a dizer J. S. Mill em obras mais extensas.

**John Locke**, *Some Considerations...* (1691). Novamente, discussão sobre ‘valor imaginário’ do ouro e da prata, bem como da proposição de que o valor da moeda metálica é dado por ‘quantidade’ dos metais. Ideias nucleares da concepção de moeda de Locke, desenvolvidas no contexto de sua oposição ao *debasement* proposto por Lowndes em 1695 e referida por praticamente todos os economistas no século XVIII.

**Adam Muller**, o ‘romântico sicofanta’.

**J. David Buchanan**, *Inquiry into the Taxation and Commercial Policy of Great Britain* (1844).

**John Fullarton**, (1780-1849) *Regulation of Currencies* (1845). Fullerton sustentava as doutrinas de Tooke (às quais Marx se opôs) nos debates sobre o Bank Act. Notar que há no Capítulo III uma concentração de referência a autores do século XIX, envolvidos nos debates monetários que contrapuseram Banking School e Currency School.

**N. Barbon** – Novamente, *A Discourse on Coining the New Money Lighter*. Barbon sustenta que o valor do dinheiro é dado pelo selo oficial – ou seja, o rei tem a prerrogativa de, dentro de certos limites, atribuir à moeda o valor que lhe parecer conveniente e que permita arrecadar senhoriagem. Marx acha que o dinheiro é ‘mercadoria’; logo, se opõe a Barbon em princípio. No entanto, e no contexto, considera que a posição de Barbon corrobora sua (de Marx) ideia de que o metal, na forma de moedas ou em sua função exclusiva de meio de circulação, torna-se símbolo. Enfim, como meio de circulação, moeda é símbolo. Daí a possibilidade de ser substituída por papel.

**Mercier de la Rivière**. *L'ordre naturel et essentiel ...* A citação é: ‘*Une richesse en argent n'est que ... richesse en productions, converties en argent*’. Marx começa a debater entesouramento.

**Vanderlint** – sobre preços e quantidade de dinheiro em circulação.

**John Bellers** (1699), *Essays about the Poor*. O autor é menos conhecido e, curiosamente, referido por Marx para ilustrar uma ideia muito difundida no séc. XVIII e mesmo XVII, que é a do dinheiro como ‘pledge’.

**Pietro Verri**, *Meditazione sulla Economia Politica* – agora, em uma citação que remete ao dinheiro como personificação da avareza.

**Dudley North**, *Discourse upon Trade*. A menção reforça a importantíssima (para Marx, para Stuart) tese de que o dinheiro pode ser entesourado, entrar e sair de circulação.

**J. Stuart Mill** – uma das poucas menções não-depreciativas: Mill disse que na Índia a prata ia e voltava dos tesouros domésticos conforme a taxa de juros. Marx referencia.

**Boisguilbert**, *Dissertation sur la nature des richesses, de l'argent et des tributes*.

**John Fullarton**

**William Petty**, *Political Anatomy of Ireland* (1672) – uma importante passagem, em que Petty calcula a quantidade de dinheiro necessária à circulação a partir do produto nacional, para mostrar que não haverá insuficiência de meio circulante.

**McCulloch**, *The Literature of Political Economy: a Classified Catalogue* – Marx se refere a um comentário de McCulloch a Barbon. E critica fortemente McCulloch, ‘o sicofanta de Lord Overstone’. Veja-se que o espírito do capítulo III está impregnado pelo debate currency school x

banking school. McCulloch foi, após a morte de Ricardo (1823) e por muitos anos, a principal autoridade em economia na Inglaterra. Comenta Ricardo e difunde (como editor) a economia política pré-ricardiana.

**John Fullarton**, *Regulation of Currencies*.

**Le Trosne**, *De l'intérêt social...*

**Jacob Vanderlint**, *Money answers all things*

**Nicholas Barbon**, *A Discourse on Coining...* – referência à oscilação da taxa de câmbio.

**W. Petty**, *Quantulumcumque Concerning Money*. Referindo-se a *Political Economy of Ireland*, citação bem conhecida sobre dinheiro em excesso ou em falta, impactos sobre o corpo humano e analogias com a circulação monetária e o *body politick*.

### **3. O debate monetário do século XVIII. Um pouco sobre o XIX.**

Pode-se dizer que o debate sistemático em economia e a própria formação da economia como ciência são decorrências da temática relativa a sistemas monetários metálicos, envolvendo temas como *debasement*, escassez de moeda, circulação, difusão de meio circulante não-metálico, ‘valor da moeda’, cunhagem, moeda e preços, taxa de câmbio. Acresçam-se elementos da história monetária europeia no período que vai de 1650 a 1750: expansão da oferta de metais preciosos (América), que remonta ao século XVI; comércio intenso com o Oriente e necessidade de prata; a própria razão ouro/prata; expansão dos pagamentos e das transações monetárias no interior das economias europeias, para não falarmos das trocas internacionais.<sup>2</sup> Em algumas cidades-estado italianas desde o século XV, na Holanda desde o XVII, na Inglaterra desde o final do XVII, surgimento de algum tipo de centralização da administração monetária; ou melhor, antecessores de um banco central com poderes para regularizar a moeda e mesmo para regular a emissão de meios de pagamento – no caso do Banco de Amsterdam, ajustar a variedade de pesos e metais das moedas diversas que participam do intercâmbio com a Holanda, bem como ajustar o valor do florim holandês. Naturalmente, este último elemento – a regulação da emissão de meios de pagamento – subentende o crescimento da circulação de meios de pagamento não-metálicos, até chegarmos à moeda-papel emitida por bancos privados ou por autoridades monetárias (como o Banco da Inglaterra). Finalmente, e na Inglaterra desde o final do século XVIII (1797), no ‘período de restrição’ – suspensão da livre conversão de moeda-papel em moedas de ouro e prata –, preocupação com a formulação de políticas de controle da emissão excessiva de meio circulante não-metálico, a suposta causa da elevação do preço do *bullion* (ou desvalorização da moeda). O tema foi desenvolvido por Ricardo em *The High Price of Bullion* (1810), conferindo a ele reconhecida autoridade em questões monetárias e econômicas. Debatedor de Ricardo no Parlamento foi Henry Thornton, autor de um texto inovador, *Paper Credit* (1802). Marx faz ao longo do *Capital* diversos comentários ao *High Price of Bullion*.

O debate inglês em torno do *debasement*, transcorrido ao longo do século XVIII e intensamente entre 1690 e 1707, pode ser tomado como o momento de caracterização de uma teoria econômica da moeda. Barbon e Locke, dois autores muito referidos por Marx, simbolizam o debate. Fora da Inglaterra, e mais tarde, Galiani (1751) e Verri (1771), dois autores da predileção de Marx,

---

(2) A este respeito leia-se Vilar (1974), *Or et Monnaie dans l'Histoire*.

efetuariam o sumário do debate. Na França, ou entre a França e a Inglaterra, Cantillon (c. 1730, publicado em 1755), autor curiosamente pouco referido por Marx, deu passos gigantesco na formulação de uma teoria do equilíbrio do balanço de pagamentos. O mesmo Cantillon relacionou a questão da circulação de moeda e da quantidade adequada de meio circulante à produção e à circulação de mercadorias – Petty já havia dado passos nessa direção, como assinala Marx. Dutot (1738) e Melon (1734) são os nomes de referência no debate monetário francês da época.

Por iniciar com a mercadoria, Marx prende-se logo ao início do *Capital* a valor e valor de troca. Na realidade, se prestarmos atenção ao debate econômico do século XVIII – veja-se, por exemplo, Galiani (*Della Moneta*, 1751) e Harris (*An Essay upon Money and Coins*, 1757-58) –, perceberemos que mesmo as discussões sobre o valor (relação de troca de uma mercadoria com outra) foram impulsionadas pela temática monetária, ou pela aspiração a esclarecer qual o ‘valor da moeda’, seja em função do *debasement*, do *clipping* e do desgaste normal da moeda, ou da descoberta da América e perda de valor do metal. Alguns autores – Petty, mais tarde Galiani –, ao associarem moeda a metal e metal a mercadoria, sustentam que o valor da moeda se explica como o de qualquer outra mercadoria. Procuram então formular uma explicação para o valor em geral, que pode ir da simples relação entre oferta e demanda a uma incipiente teoria dos custos de produção, aplicada aos metais e por extensão às demais mercadorias. Outros autores atribuem à moeda um valor especial. Locke (1691), o mais emblemático, ao considerar que o valor da moeda é dado ‘por consentimento’, refere-se ao peso em metal. Marx discute bastante as proposições de Locke. Outros – o mesmo Locke; bem depois, Montesquieu (1748); muito antes, os eruditos da Escola de Salamanca – associam o valor da mercadoria e das moedas, em uma relação recíproca e inversa. São as diversas ‘teorias da representação’ – a moeda ‘representa’ mercadorias –, que funcionam como antecedentes da teoria quantitativa do dinheiro, afinal sistematizada por Hume (1752). Como se viu na seção anterior, o tema é muito presente em Marx.

De todo modo, e seja qual for a teoria do valor admitida, os valores relativos se expressam em preços, isso é, na expressão monetária do valor. A ‘forma-preço’ de Marx será a expressão monetária do valor. Ora, para a série de autores do século XVIII mencionados, preço exige referência a uma moeda nacional, vale dizer, a um ente criado por uma autoridade política; o que traz à tona questões como ‘taxa de senhoriagem’, relação entre o valor da moeda e o valor do *bullion*, ou mesmo taxa de câmbio (relação de troca entre duas moedas nacionais). Os economistas debateram concentradamente taxa de câmbio, ao menos desde Locke (1691). Curiosamente – mas este é um tema a desenvolver – Marx deu pouca atenção ao início do *Capital* à taxa de câmbio, o que acredito estar associado à sua visão de moeda. De todo modo, os economistas se engalinhavam em torno de taxa de câmbio e de eventuais relações entre política monetária e taxa de câmbio. Chamo atenção para o fato de que Hume e os aderentes ao binômio teoria quantitativa e *price-specie-flow* (por aí chegamos a Ricardo) pouco se preocupam com os determinantes da taxa de câmbio: ela se auto-ajusta e é independente da política monetária; a qual, aliás, também tende a se ajustar naturalmente se a autoridade monetária não for leniente – Ricardo (1810). Mas essa é outra questão, a não ser desenvolvida aqui.

O paradoxal é Adam Smith não ter levado adiante os debates sobre moeda e crédito, a despeito de seu sistema estar referido a moeda. Exatamente Smith, o economista que, não obstante, universalizou as criações de Cantillon e dos fisiocratas: a articulação entre rendimentos e produção, entre circulação de mercadorias e de moeda, os nexos entre produção, rendimentos e circulação.

Smith deu ainda dimensões inovadoras à ideia (de origens remotas) de que o valor se relaciona de algum modo a ‘trabalho’; algo que, reelaborado por Ricardo (1817) na forma de uma crítica à teoria do valor de Smith, converteu-se afinal em parte central da concepção de valor e distribuição de Marx. No entanto, e como foi dito, sendo o propósito de Marx formular uma teoria do capital cujo ponto de partida fosse a moeda – algo que fica claro na transposição entre os capítulos III e IV de *O Capital* (Livro I) –, os debates monetários que o antecederam não parecem ter sido sua inspiração ou referência imediata; ao contrário, Marx chega à moeda através da mercadoria (valor versus valor de troca).

De todo modo, para efetuar o trajeto da mercadoria à moeda Marx não poderia deixar de ter como referência a teoria econômica existente; a qual, como foi dito, nasceu nos debates bisseculares sobre as contingências de uma economia monetária. A ‘economia mercantil’ de Smith é necessariamente monetária. Os antecessores de Smith, mesmo os que não partilharam sua concepção de ‘economia mercantil’, perceberam que o sistema econômico gira em torno da moeda e de seus dilemas. Criam explicações econômicas para os fenômenos monetários, sendo que em certas circunstâncias – Galiani (1751) – tais explicações veem-se estendidas aos fenômenos mercantis em geral, em particular à troca: qual o valor de troca. Voltando a nosso fio condutor, ao tratar de valor, Marx pinça nos autores diversas frases sobre valor de uso e valor de troca, nem sempre explicitando haverem sido emitidas no seio de um debate sobre moeda.

Antes de entrarmos na exposição de Marx, duas palavras mais sobre moeda. Nas economias metálicas modernas convive uma ‘unidade de conta’ – por exemplo, o *sterling pound* inglês – com peças de moeda de estampa e valores diversos, emitidas pela Casa da Moeda. Em resumo, e paradoxalmente, a moeda tem um preço – uma peça de tipo determinado vale tantas unidades de conta. E as mercadorias expressam seu preço (e os valores relativos) em unidades de conta (tantos *sterling pounds*) ou em unidades monetárias (tantas peças de moeda; por exemplo, tantos *shillings*, tantos *guineas*); as quais, nas circunstâncias, funcionam como unidade de conta. É o famoso problema da ‘*realization*’ do *money of account* em peças metálicas, de James Steuart (1767). Por outro lado – o que deixamos de lado no momento – a taxa de câmbio expressa a relação de troca entre duas moedas (unidades de conta: *sterling pound x livre tournois*, por exemplo), que é influenciada por diversos fatores, entre os quais posição do balanço de pagamentos, taxa de cunhagem, momentos de pura especulação cambial... Quem maior distância percorreu na discussão das relações entre moeda e taxa de câmbio foi Steuart, mas Smith entrou na matéria. Ambos (Steuart e Smith) se preocuparam com os impactos da heterogeneidade física das peças monetárias sobre a taxa de câmbio, assim como com as consequências de a Inglaterra não cobrar taxa de cunhagem. Hume, que propôs um teorema do ajustamento do balanço de pagamentos e de uniformização dos preços (o *price-specie-flow*), paradoxalmente não se preocupou com o elemento de que é composto a moeda, o desgaste do metal etc. Valeria a pena desenvolver o tema, o qual, no entanto, não recebeu de Marx um tratamento concentrado.

Passando ao largo da taxa de câmbio, os economistas identificam desde o final do século XVII ‘funções da moeda’: unidade de conta (ou padrão de medida); meio de troca ou de circulação; eventualmente, entesouramento. Adiante veremos algumas definições de moeda em que estas ‘funções’ estão bem identificadas. Porém, atenção: qualquer moeda – algo aceito por certa coletividade como meio de troca, ou mesmo, em povos primitivos, como mero meio de conta – é, por definição, unidade de conta. E as economias nacionais, como visto, contam com uma unidade de

conta ‘legal’ e com moedas materiais, ou com ‘moeda ideal’ e ‘moeda real’, para ficarmos no jargão da época retomado por Marx. *Debasement* e outras circunstâncias afetam o grau em que a ‘moeda real’ pode ser aceita como unidade de conta; embora, como explica Galiani e vem a ser observado por Marx, a desvalorização do dinheiro ‘real’ não afete seu poder de ordenar do valor da totalidade das mercadorias. Em suma, o *debasement* não afeta os valores ou preços relativos das mercadorias. Para Marx, mudanças no valor da moeda não afetarem seu poder de ordenar os preços relativos seria um fenômeno trivial. O problema, no entanto, e a despeito de Marx, é que tais mudanças abalavam o mundo pacífico dos economistas, em que tanto ‘moeda ideal’ quanto ‘moeda real’ atuam como unidade de conta sem maiores conflitos; ou seja, presumia-se certa estabilidade no valor da moeda metálica expressada em unidades de conta, mesmo porque muitas vezes a moeda metálica era utilizada como unidade de conta. Há vários fenômenos em jogo aqui, entre os quais a relação ouro/prata e, em particular para os economistas do período pré-smithiano, o *debasement*; o qual, acreditava-se, alterava o valor da ‘moeda real’, ou seja, sua relação de troca com as demais mercadorias ou o preço das mercadorias. De fato, diversos episódios de *debasement* foram seguidos de perda de poder de compra da ‘moeda real’;<sup>3</sup> conseqüentemente, e sempre que os preços fossem expressados em unidades de ‘moeda ideal’, mudava a relação de troca entre ‘moeda real’ e ‘moeda ideal’. Em resumo, o *debasement* dava margem a uma assincronia entre moeda material e unidade de conta ‘oficial’. Se estivermos em presença de ‘curso legal’, ou obrigatoriedade de aceitação das moedas reais como meio de liquidação de contratos, cria-se um tremendo embaraço no sistema mercantil, largamente comentado por Stuart (1767).

Para não irmos longe, vejamos como está presente na definição de dinheiro de alguns economistas importantes a dupla função da moeda, unidade de conta (ou padrão de valor) e meio de troca. A própria definição de dinheiro, como se verá, antecipa o modo como o sistema monetário é entendido. Dinheiro é:

*“... the measure of value, by which the value of all other things are reckoned...”*, as well as *“... a change or pawn for the value of all other things:...”* (Barbon, 1690, p. 7).

*“... the measure by which goods are valued, the value by which goods are exchanged, and in which contracts are made payable”* (Law, 1705, p. 26).

*“... money are pieces of metal that public authority divides in equal or proportionate parts, and that are easily given and accepted by anyone as pledge and perpetual security, entitling oneself to receive from another person, whenever it be, an equivalent of what was given for these pieces of metal”* (Galiani, 1751, p.105).

*“Money is a standard measure by which the value of all things are regulated and ascertained; and is itself, at the same time, the value or equivalent by which, goods are exchanged, and in which, contracts are made payable”* (Harris, 1757/58, p. 37).

Duas palavras sobre moeda-papel. De acordo com os economistas, a moeda metálica pode ser ‘representada’ por um bilhete que indique determinado valor (em moeda nacional) e seja aceito por todos ou por uma determinada comunidade comercial. Este bilhete tanto pode ser privado e mercantil (uma letra de câmbio), quanto emitido por um banco, ou até mesmo – e isso ocorre apenas

---

(3) A este respeito ver G. Parker (2014).

a partir século XVIII de modo mais geral – por uma autoridade monetária pública, mesmo que privada (Banco da Inglaterra). Os bancos emitem certificados de depósito e em certas circunstâncias passam a funcionar sob o regime de ‘reserva fracionária’, ou seja, a multiplicar meios de pagamento. Completa-se o processo de criação do papel-moeda. Em regime de conversibilidade (possibilidade de troca de papel por moeda metálica no valor correspondente), abre-se espaço para crises na conversão; por exemplo, quando os bancos emitem em excesso. Smith discute prolongadamente a matéria, que oferece uma daquelas situações curiosas em que o *self-interest* pode redundar em desastre para os banqueiros individuais e para a coletividade (veja-se a prolongada discussão no cap. II, livro II, *Wealth of Nations*, inspirada pela crise do Ayr Bank na Escócia). Ricardo pontifica após a eliminação da conversibilidade na Inglaterra, durante a crise napoleônica.

Os debates sobre os limites aceitáveis para a multiplicação de meios de pagamento, e até mesmo sobre a conveniência de sistemas que operam sob reserva fracionária, são extensos. Law (1705), por exemplo, propõe certos limites para emissão de papel-moeda em sistemas de *land-banking* (empréstimos com hipoteca de terra). Posteriormente (1719-20), o próprio Law comandou a conversão do sistema monetário francês, no rumoroso episódio do Mississippi System. Na Escócia (ver Smith), debatem-se os limites em que os bancos podem multiplicar meios de pagamento. Após a unificação e ao longo do século XVIII estão em discussão as relações dos diversos bancos com o Banco da Inglaterra. E na Inglaterra, de modo geral, os limites à concessão de crédito e emissão de moeda-papel do Banco da Inglaterra. Este é o debate que se acentua durante o ‘período de restrição’ e que, como mencionado, leva à polêmica da primeira década do século XIX, da qual David Ricardo e Henry Thornton foram participantes especiais. Thornton (1802), que assumiu uma concepção creditícia de dinheiro, acreditava que a autoridade monetária cumpria o papel de atenuar as crises monetárias. Ricardo, embora conhecedor profundo do crédito e do sistema monetário, partilhava a teoria quantitativa do dinheiro; a qual, de um modo ou de outro, enfatiza a auto-regulação e, deste modo, confere papéis mais restritos à autoridade monetária. Os limites de expansão de crédito pelos bancos em geral e pela autoridade monetária (Banco da Inglaterra) são os temas em debate por Ricardo e, depois dele, por Overstone e Tooke, os nomes que caracterizam a ‘*currency school*’ e a ‘*banking school*’. As diversas concepções de crédito, capital e *currency* das duas ‘escolas’ informam não apenas as propostas de política econômica defendidas por seus aderentes, como o entendimento do que é moeda em si. Essa a razão pela qual Marx, muito antes de tratar abertamente de crédito (o que ocorre apenas no Livro III), e ao efetuar a própria caracterização de ‘moeda’, antecipa no Livro I, capítulo III, temas que pertencem ao debate *currency x banking school*. *Contribuição à Crítica da Economia Política* reflete este (como outros) debates concretos de política monetária, os quais têm por detrás entendimentos sobre moeda e sistema monetário.

#### 4. Marx e a moeda: o que preocupa Marx

Moeda em Marx é um tema gigantesco, que ocupou um grupo considerável de economistas, ao menos desde Hilferding (1910).<sup>4</sup> Sem sequer resenhar as contribuições, vou me ater a um propósito bem restrito e, mesmo assim, enunciado de modo muito preliminar: em que medida a exposição de Marx sobre moeda nos primeiros capítulos do *capital* reitera ou desmente o espírito geral das

---

(4) Para trabalhos pioneiros, ver *O Capital Financeiro* (Hilferding, 1910); *A Teoria do Dinheiro em Marx* (Rubin, 1938). A retomada da discussão a partir dos anos 1970 foi muito impulsionada por Brunhoff (1976) *La Monnaie chez Marx*.

controvérsias monetárias dos dois séculos que o precederam; as quais, como mencionado, envolvem temas diversos e relacionados (*debasement*, escassez de meio circulante, taxa de câmbio) e também definições próprias de dinheiro. Em resumo, em que medida Marx, na questão monetária, se aproxima e se afasta do espírito dos debates monetários e das visões sobre moeda que o antecederam, já que, como vimos, há nos três primeiros capítulos do *Capital* referência a um sem número de economistas que ocuparam papel de destaque na constituição da economia política, de 1650 a 1770, debatendo moeda. Acredito que a chave da resposta reside na mercadoria e na opção, por Marx, de desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria. Com isso (ver O Capital, capítulo I), Marx colocou-se a tarefa imediata de não apenas ‘partir da mercadoria’, como efetuar um desenvolvimento interno até o dinheiro. Como ficam, nessa trajetória, os temas que dominaram os debates econômicos no século XVIII, de certo modo refletidos nos termos inerentes às definições de dinheiro acima listadas, tais como *standard measure, equivalent, change or pawn...*?

Uma olhada rápida na estrutura expositiva dos 3 primeiros capítulos do *Capital* permite uma aproximação à questão. Marx inicia pela mercadoria e por seus dois fatores, valor de uso e valor (que são substância do valor e grandeza do valor). Segue-se o duplo caráter do trabalho e, afinal, valor de troca ou ‘forma de valor’. Na apresentação das formas de valor, Marx evita partir do dinheiro; ao contrário, pretende desenvolver as formas de valor para chegar ao dinheiro. Desse modo, o ponto de partida é a forma simples – duas mercadorias em confronto –, que situa a ‘forma equivalente’. Ao tratar da forma equivalente, Marx conclui que, nela, ‘a forma natural da mercadoria se torna forma de valor’. A mercadoria que expressa o valor é um equivalente.

O exemplo, ou a analogia, de que Marx se vale é significativa: peso. A mercadoria equivalente serve nas circunstâncias como ‘unidade de peso’. A analogia com o valor cessa aqui, prossegue Marx, porque na expressão do peso o equivalente (o ferro, por exemplo) representa uma propriedade natural comum aos dois corpos; enquanto, no valor, a expressão do valor é ‘social’. E prossegue: o corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre produto de um determinado trabalho útil... A formulação de Marx é bem específica, mas pode ser dito que se trata do desenvolvimento próprio de tema antigo: medidas naturais versus medidas sociais. O valor, assim como o dinheiro, é uma medida social; enquanto à distância, ao calor etc se aplicam medidas naturais. Tudo isso tem como fundamento a ideia (de Marx) de que, por detrás de ‘valor’ temos ‘trabalho’ – uma espécie de radicalização da posição ricardiana, com um conteúdo específico bem evidenciado na apresentação, logo adiante, do ‘fetichismo da mercadoria’.

Voltando aos economistas, sabemos que eles se torturavam ao constatar que o valor (expresso em dinheiro) não era uma ‘medida invariável’, uma vez que o metal, por sua natureza mercantil, muda de valor. Não nos esqueçamos que foi por estar em busca de uma ‘medida invariável de valor’, uma vez que o valor da moeda é variável ao longo dos tempos, que Smith desembocou no ‘trabalho comandado’ (ver o final do capítulo V, Livro I da *Riqueza das Nações*). Muitos entendiam (há exceções: Barbon) que a medida de valor era ‘natural’ (mesmo que obtida por ‘consentimento’: Locke): o peso do metal. O poder do soberano em burlar esta ‘medida natural’ – com o *debasement*, por exemplo – seria limitado, porque as pessoas se orientariam pelo peso do metal, ou pelo preço referido a certo peso (aqui há as duas possibilidades). Atenção: é muito significativa a posição de Smith, bem evidenciada ao final do capítulo V da WN, de referir o preço ‘nominal’ ao valor de uma moeda de peso metálico dado (fixo) através do tempo. O peso das moedas de mesma denominação

não é fixo ao longo do tempo, porém, para comparar, Smith se refere a pesos fixos e efetua a partir daí os devidos ajustamentos no valor. Implícito está que qualquer rebaixamento do metal redundaria em elevação de preços; exatamente a posição de Locke e de outros tantos economistas ao se contraporem ao *debasement*. E, de todo modo, nas transações internacionais a taxa de câmbio seria sempre ‘peso versus peso’; o que equivale a admitir que o arbítrio do soberano quanto ao valor da moeda não ultrapassa a fronteira. O *debasement* necessariamente reduziria o valor da moeda nacional diante das outras (elevaria a taxa de câmbio).

O tema é, em si, aristotélico (ver o desenvolvimento dado por Marx e a citação de Aristóteles: ‘não pode se dar sem a igualdade, mas a igualdade não pode se dar sem a comensurabilidade’). O problema aristotélico da unidade de medida é referido por incontáveis economistas. Como achar uma medida invariável? A discussão desagua em Smith, que, como vimos, opta então por ‘trabalho’.

Para Marx, a chave da explicação está na ‘forma simples de valor’. A forma desenvolvida, com a qual se situa afinal o equivalente geral, assim como a forma-dinheiro, decorrem da simples. De todo modo, feito o desenvolvimento a partir da ‘forma simples’, na ‘forma-dinheiro’ Marx chegará a certo peso em ouro. O equivalente, portanto, é uma mercadoria, o ouro. Ouro (ou equivalente) como mercadoria é, como vimos, um tema antigo. A esse respeito, o dilema maior dos economistas não é o ouro ser uma mercadoria e, portanto, flutuar de valor, estar sujeito a desgaste; quer dizer, a ‘medida de valor’ difere das medidas naturais, porque seu próprio valor varia. A preocupação maior dos economistas é a inexistência de uma medida invariável de valor – uma espécie de contradição em termos porque uma medida (natural) teria que ser, por definição, invariável. Galiani diria que esta é uma preocupação desnecessária, já que a flutuação de valor da medida não bloqueia seu papel de ‘*standard measure*’, e nem o de meio de troca. Se medirmos em metros e depois passarmos a jardas, as distâncias relativas de todos os objetos não se alteram. O valor relativo de todas as outras mercadorias (umas contra as outras) não é afetado pelo fato de a medida (ouro) ter seu valor alterado, tranquiliza-nos Galiani. O problema é que, a par de medida ‘natural’, o ouro é medida estatal; melhor dito, convive com uma medida estatal. Por mais que a moeda seja uma decorrência natural das trocas, ou do comércio, recebe um *placet* estatal. Marx, pelo desenvolvimento dado à matéria no capítulo I, passa ao largo deste dilema dos economistas, em cujo leito, como foi dito, se desenvolveu o pensamento econômico. A razão é simples: por desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria, ou seja, a partir do confronto entre as mercadorias diversas, a questão do estado simplesmente não se coloca.

Marx se aproxima um pouco mais do dilema – a moeda como medida estatal – no capítulo II, na apresentação do ‘processo de troca’. Há uma passagem interessante no capítulo em que Marx fala da troca direta (‘o artigo de troca ainda não assume nenhuma forma de valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes de troca.’). Emerge uma mercadoria-padrão aceita por todos, o ‘equivalente universal ou social’. A ‘forma-dinheiro’ se fixa nos artigos mais importantes vindos do estrangeiro ou em um valor de uso fundamental, como o gado nos povos nômades. Chegamos ao ouro. Até aqui, no relato da história do desenvolvimento da forma dinheiro, Marx fala como um economista monetário do século XVIII. E isso, mesmo ao acrescentar que o valor de uso da mercadoria-dinheiro duplica: é mercadoria profana e ao mesmo tempo ‘valor de uso formal’, associado a suas funções sociais. Marx chega então a Locke. Para Marx, ‘o processo de troca confere à mercadoria que ele transforma em dinheiro não seu valor, mas sua forma de valor

específica’. Critica Locke (a ideia de valor imaginário do ouro), assim como critica os que acreditaram que, por ser em funções específicas passível de substituição por símbolos, o dinheiro seria símbolo.

Qual o valor do equivalente? Marx: ‘Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor de modo relativo, confrontando-se com outras mercadorias’. Enfim, o valor é uma relação – ver Galiani. Marx recorre novamente ao tempo de trabalho, e à necessidade de expressar o valor em outra mercadoria (pelo fato de ela também envolver trabalho). O que nos leva à ‘fonte de sua produção’ e aos custos de produção do metal (e daí a Petty). O trecho não vai longe e é uma pena que Marx não tenha levado essas discussões mais palmares sobre o processo de troca adiante, pois é nelas que se aproxima, e ao mesmo tempo procura se distinguir, dos economistas. Na realidade, Marx de certo modo contorna o problema que vem situando ao nos levar diretamente à circulação de mercadorias (capítulo III). O próprio título do capítulo III, aliás, é sugestivo: ‘dinheiro ou a circulação de mercadorias’. O tema passa a ser circulação, ou a associação entre dinheiro e circulação.

É nesse contexto que Marx inicia por ‘medida dos valores’. Volta assim, de algum modo, ao leito comum do pensamento econômico; embora tenha criticado (não nestas passagens) acerbamente economistas, como James Steuart, que se fixam na função do dinheiro como ‘medida dos valores’. Marx chega a dizer que é apenas por meio dessa função (medida de valores) que o ouro – mercadoria-equivalente específica – torna-se dinheiro, que é o equivalente geral. A discussão refluí ao familiar terreno da comensurabilidade, e por meio dela Marx chega à forma preço ou forma-dinheiro, que é a expressão do valor de uma mercadoria em (determinada quantidade de) ouro. O valor de uma mercadoria passa a ser representado por sua igualdade com certa quantidade de ouro. Este é seu preço.

Tenho a impressão de que o afastamento de Marx dos dilemas dos economistas que o antecederam reside na insistência em distinguir ‘medida de valores’ e ‘padrão dos preços’. Marx diz que o dinheiro ‘... é medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano e padrão de preços por ser um peso metálico estipulado’. Sem darem atenção ao primeiro aspecto – ‘encarnação social do trabalho’ –, em relação ao segundo – peso metálico – os economistas oscilavam entre considerar que o valor é o peso (Locke) ou o valor é certa unidade de conta que deveria ser fiel ao peso, mas nem sempre é (Smith aproxima-se desta última posição).

Marx prossegue: a mudança no valor do ouro não afeta sua função de padrão de preços. Solução Aristóteles-Galiani, baseada no caráter relativo do valor. Para efeito de nossa digressão sobre as conexões entre Marx e a economia monetária antecedente, no entanto, o decisivo é que o ‘padrão de preços’ de Marx submerge toda a discussão bissecular sobre a relação entre padrão de preços e unidade de medida.

Marx passa logo, e no espírito do capítulo 3, a ‘meio de circulação’. Note-se, portanto, que Marx não se fixa (como os economistas se fixaram) em ‘meio de troca’. No contexto do capítulo 3, o dinheiro é imediatamente ‘meio de circulação’. Ora, como ‘meio de circulação’ o dinheiro não é analisado por suas dificuldades em circular ou mesmo em existir, típico pano de fundo dos debates sobre peso, *debasement*, relação ouro-prata, conversibilidade, mudanças na taxa de câmbio... Sabemos que Marx pretende desenvolver o capital da discussão sobre ‘circulação’ (M-D-M versus D-M-D), assim como sabemos que ‘circulação’ era um tema frequente para os economistas – por exemplo, qual a quantidade de dinheiro necessária à circulação? Em resumo, o velho debate sobre circulação, que preocupa aos economistas ao menos desde Petty, que recebe uma solução tão satisfatória em Cantillon e que vem a ser abordada novamente por Smith, em Marx representa a

antessala de um tema crucial: o capital. O que o leva à conhecida distinção entre M-D-M e D-M-D. Antes disso, entesouramento, possibilidade de interrupção da circulação (ilustrada por uma longa citação de North), quantidade de dinheiro em circulação, crítica à teoria quantitativa do dinheiro. Sobre entesouramento Marx falará longamente em outras oportunidades – no capítulo III não seria o caso, porque pressupomos a ‘circulação’ em andamento. Circulação é a contínua troca de mercadorias por dinheiro; logo, não há sentido em se falar aqui em crises na circulação, afora a importante admissão de que, na própria fórmula M-D-M, a cisão entre compra e venda antecipa a possibilidade de interrupção do circuito.

No entanto, a apresentação de Marx agora está completa. Chegamos à moeda ou ao signo do valor, e ao fim do terceiro capítulo. Apenas para reiterar, Marx mergulha nos autores dos debates monetários dos séculos XVIII e início do XIX, para reafirmar sua visão sobre valor e mercadoria. E, ainda, para fazer emergir da mercadoria o dinheiro, e do dinheiro o capital. Aqui entramos já em outro terreno, próprio a Marx. O terreno, no entanto, foi inteiramente construído a partir das ossadas dos economistas, de Barbon e North a Steuart, Smith e Ricardo.